



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO-REDE: O CASO DE UM GRUPO DE AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Agroecology and network-territory: the case of a group of agroecological family farmers in Grande Florianópolis Region

Agroecología y territorio-rede: el caso de un grupo de agricultores familiares agroecológicos en la región del Grande Florianópolis

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1100>

Julia Lahm¹

Douglas Ladik Antunes²

Oscar José Rover³

Histórico do Artigo:

Recebido em 27 de fevereiro de 2025

Aceito em 26 de outubro de 2025

Publicado em 19 de novembro de 2025

RESUMO

O artigo, que faz parte de uma pesquisa mais ampla, busca apresentar e compreender o funcionamento de um grupo de agricultores familiares agroecológicos, que cultivam e comercializam alimentos na região da Grande Florianópolis, e sua organização dentro de uma dinâmica territorial que perpassa e engloba diversas localidades e atores. A interação destas localidades em rede e as especificidades do grupo foram analisadas através de um estudo de caso único e aprofundado por meio de análise documental dos planos de manejo do grupo, utilizados para a obtenção da certificação orgânica. As formas de produção e consumo são discutidas com base nos conceitos de agroecologia, território e território-rede, com foco na dinâmica territorial. O estudo demonstra que valorizar experiências de produção e consumo locais e agroecológicas pode trazer benefícios econômicos para os produtores e consumidores; fomentar a manutenção da biodiversidade produtiva, garantir a valorização do trabalho dos agricultores familiares, assegurando retorno econômico por meio de preços justos e mercados mais estáveis, manter transparência na origem dos produtos através da certificação participativa, e assim contribuir para o desenvolvimento socioeconômico territorial. Com o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPLAN/UDESC). Email: juliatlahm@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8217-3532>

² Professor Associado do Departamento de Design da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental - PPGPLAN/FAED /UDESC. Email: douglas.antunes@udesc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1270-0325>

³ Doutorado em desenvolvimento rural e pós-doutorado em comercialização de alimentos orgânicos (UFSC). Email: oscar.rover@ufsc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2719-3151>

intuito de suscitar visibilidade aos desafios enfrentados pelos produtores, conclui-se que a dinâmica territorial da agroecologia, neste grupo, depende de uma combinação de fatores que envolvem diversas temáticas, entre elas, maior investimento público nas práticas agroecológicas, pagamento pelos serviços ambientais prestados, facilitação ao acesso e processo de certificação, conscientização e participação dos consumidores.

Palavras-chave: Rede agroecológica. Territórios. Dinâmica Territorial. Planos de manejo; Biodiversidade.

ABSTRACT

This article, part of a broader research project, aims to present and comprehend the functioning of a group of family farmers engaged in agroecological practices, who cultivate and market their produce in the Greater Florianópolis region. It further examines their organization within a territorial dynamic that encompasses and interconnects diverse localities and actors. The networked interaction of these localities and the group's specificities were analyzed through an in-depth single case study, utilizing a documentary analysis of the group's management plans, which are employed for obtaining organic certification. Production and consumption models are discussed based on the concepts of agroecology, territory, and network-territory, with a focus on territorial dynamics. The study demonstrates that valorizing local and agroecological production and consumption experiences can yield economic benefits for both producers and consumers; foster the maintenance of productive biodiversity; ensure the appreciation of family farmers' labor by guaranteeing economic returns through fair prices and more stable markets; and maintain transparency regarding product origin via participatory certification, thereby contributing to territorial socioeconomic development. With the aim of highlighting the challenges faced by producers, it is concluded that the territorial dynamics of agroecology, within this group, depend on a combination of factors involving diverse themes. These include increased public investment in agroecological practices, payment for environmental services rendered, facilitated access to and streamlining of the certification process, and consumer awareness and participation.

Keywords: Agroecological Network. Territories. Territorial Dynamics. Management Plans; Biodiversity.

RESUMEN

El presente artículo, que forma parte de una investigación más amplia, tiene como objetivo presentar y comprender el funcionamiento de un grupo de agricultores familiares agroecológicos que cultivan y comercializan alimentos en la región de la Gran Florianópolis, así como su organización dentro de una dinámica territorial que atraviesa y engloba diversas localidades y actores. La interacción en red de estas localidades y las especificidades del grupo fueron analizadas mediante un estudio de caso único y en profundidad, a través del análisis documental de sus planes de manejo, utilizados para la obtención de la certificación orgánica. Las formas de producción y consumo se discuten con base en los conceptos de agroecología, territorio y territorio-red, con especial atención a la dinámica territorial. El estudio demuestra que valorizar las experiencias locales y agroecológicas de producción y consumo puede reportar beneficios económicos para productores y consumidores; fomentar el mantenimiento de la biodiversidad productiva; garantizar la valorización del trabajo de los agricultores familiares, asegurando retorno económico mediante precios justos y mercados más estables; y mantener la transparencia en el origen de los productos a través de la certificación participativa, contribuyendo así al desarrollo socioeconómico territorial. Con el propósito de dar visibilidad a los desafíos que enfrentan los productores, se concluye que la dinámica territorial de la agroecología, en este grupo, depende de una combinación de factores que involucran diversas temáticas, entre ellas: mayor inversión pública en las prácticas agroecológicas, pago por los servicios ambientales prestados, facilitación del acceso y del proceso de certificación, y la concientización y participación de los consumidores.

Palabras clave: Red Agroecológica. Territorios. Dinámica Territorial. Planes de Manejo; Biodiversidad.

INTRODUÇÃO

O Plano Safra de 2024, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), anunciado pelo Governo Federal brasileiro em julho deste mesmo ano, destinou mais de 400 bilhões de reais para financiamentos, linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para médios e grandes produtores, 10% a mais do que no ano anterior, segundo dados do MAPA. Em contrapartida, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o mesmo plano destinou quase 5 vezes menos para investimento na agricultura familiar, alcançando apenas 79 bilhões.

Apesar de também ter tido um aumento de 10% em relação ao ano anterior, a diferença entre o investimento que o poder público concede aos pequenos produtores reflete na precariedade de acesso aos alimentos por parcelas significativas da população (Tabosa, 2024). De acordo com a autora, a fome está recuando a partir de uma retomada e a criação de novas políticas públicas que a combatem, porém ainda seguem insuficientes para garantir a segurança alimentar para toda população brasileira, pois trata-se de um problema sistêmico, ou seja, que depende de uma série de fatores. Apesar da segurança alimentar ter aumentado com a volta de programas sociais a partir de 2022, neste ano ainda havia cerca de 8,7 milhões de brasileiros que não tinham suas necessidades alimentares plenamente atendidas diariamente, segundo o MDA.

Grandes estabelecimentos são privilegiados economicamente em relação à agricultura familiar no Brasil, tanto no que se refere à disponibilidade de crédito, quanto nos benefícios pela renúncia fiscal (Lucena, 2024). Diante disso, se faz necessário compreender como formas alternativas de produção e consumo, práticas que fogem da lógica que segue vigente no mercado hegemônico e convencional, se organizam e se relacionam através dos diversos territórios que perpassam, assim como seguem resistindo nesse processo. Juntamente com outros atores que atuam nos territórios, como organizações da sociedade civil, órgãos institucionais e assistência técnica, que são fundamentais para assegurar esses movimentos, se formam redes territoriais que buscam fortalecimento e que conseguem resistir apesar do notável desfavorecimento de investimentos e acesso às políticas públicas, visibilidade e condições de trabalho. Cada uma das experiências práticas não convencionais é única, tem potencial de ensinamentos e pode funcionar como inspiração para práticas futuras, desde que tomadas as medidas relativas a cada contexto territorial (Petersen, 2009).

A pesquisa descrita neste artigo parte do princípio de que a produção e o intercâmbio dos produtos constituem a base da ordem social, que como em toda a sociedade que se apresenta na história, a distribuição dos produtos e com ela a articulação social de classe, se orientam pelo que se

produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido (Santos, 2005). Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas devem ser buscadas nas transformações nos modos de produção e de intercâmbio da produção. O enfoque empírico da pesquisa aqui abordada se refere a um grupo de produção agroecológica denominado Flor do Fruto, que será descrito a seguir. Os novos modelos de sistemas agroalimentares que aqui se apresentam, vão ao encontro dessas transformações que se mostram necessárias para garantir a soberania e segurança alimentar no país, assim como a autonomia dos pequenos produtores rurais. Desta forma, através desta pesquisa buscamos responder às seguintes questões: como se caracterizam as unidades produtivas do grupo Flor do Fruto em relação às suas áreas de produção e como isso se reflete na dinâmica territorial e na formação de redes dentro deste território?

PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, o percurso metodológico perpassou por algumas etapas. A pesquisa teve início com um estudo teórico exploratório, a partir de um conhecimento prévio que já se tinha, a respeito das principais temáticas trabalhadas (agroecologia, circuitos curtos de comercialização, território e redes). Portanto, como ponto de partida, foi feita uma breve revisão bibliográfica para a qualificação da pesquisa, antes de obter informações técnicas e objetivas através da análise documental dos planos de manejo, que abordaremos neste artigo.

Foram utilizados dados secundários, retirados dos planos de manejo⁴ dos agricultores do grupo do ano de 2023, que possibilitaram ter uma ideia clara das áreas de cultivo (tamanho, produção, quantidade), áreas de preservação e conversão orgânica e da localização precisa das propriedades para o mapeamento e estudo dos fluxos e fixos que perpassam os territórios e atores envolvidos nos processos. Na obra de Santos (2005), fixos representam as infraestruturas e estruturas permanentes que sustentam a organização do espaço, enquanto fluxos correspondem aos movimentos de pessoas, mercadorias, informações e capital que dinamizam e conectam os territórios.

Além disso, através dos planos de manejo, foi possível obter outras informações criteriosas como: uso e tipo de insumos, equipamentos e outras técnicas utilizadas na produção, além das variedades que são produzidas e comercializadas por cada propriedade, tipo de mão de obra, qualidade e origem da água e presença ou não de animais em cada propriedade, entre outras. Alguns elementos da análise dos planos de manejo foram complementados por informações obtidas em entrevistas com agricultores e articuladores do grupo e observações diretas em espaços deste grupo. As entrevistas

⁴ Os Planos de Manejo foram gentilmente disponibilizados para esta pesquisa diretamente pelo coordenador do grupo.

foram realizadas no período de agosto de 2023 a maio de 2024, com 10 pessoas. As observações foram realizadas no mesmo período. Os resultados das entrevistas e observações foram descritos e analisados em outro artigo.

A caracterização metodológica da pesquisa é em sua maior parte qualitativa pois aborda um nível de realidade que não pode ser simplesmente quantificada. Apenas uma parte, que diz respeito à avaliação das áreas de cultivo e a produção das áreas pesquisadas, serão quantificadas e analisadas como complemento de informação e elemento de interpretação para fomentar discussões mais abrangentes. Para estudar e aprofundar o tema de metodologia em ciências sociais, autores como Popper (1959), Kellinger (1979) e Flick (2013) foram considerados. Isto posto, podemos adentrar o universo específico da pesquisa.

Optou-se por fazer um estudo de caso único aprofundado e descritivo que almeja a apresentação e o entendimento de fenômenos contemporâneos, visando à aproximação com os sujeitos e locais pesquisados. Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que envolveu principalmente a aproximação empírica com o objeto de estudo e o estudo de seu contexto territorial, que diz respeito ao cultivo dos alimentos, o processo de certificação orgânica, a comercialização dos alimentos e toda a logística e articulação territorial e relacional que este processo envolve.

O Grupo Flor do Fruto atualmente é composto por 11 famílias que cultivam seus produtos em quatro municípios da Grande Florianópolis, mas em sua maioria, encontram-se no município de Biguaçu. As famílias têm na agricultura sua principal fonte de renda. Desde 2013 o Grupo Flor do Fruto tem ampliado sua área de abrangência para mais municípios vizinhos e diversificando ainda mais a produção e os alimentos ofertados. Há produtores do grupo também nos municípios vizinhos de Santo Amaro da Imperatriz e Antônio Carlos.

A escolha deste grupo em específico se deu, principalmente, devido à facilidade de acesso aos agricultores, através da Feira Orgânica do CCA (Centro de Ciências Agrárias da UFSC em Florianópolis), que são realizadas todas as sextas feiras, além da relevância do grupo no fomento à produção agroecológica e à organização em rede. Também por ser um grupo já bem consolidado e com mais de quinze anos de existência dentro do mercado de produtos agroecológicos na região, que participa de iniciativas sociais, e troca com atores no território, composto por uma rede de redes. Além disso, o grupo comercializa seus alimentos em diferentes tipos de mercados locais como feiras livres, Células de

Consumo Responsável (CCR)⁵ e participa de editais institucionais (PAA e PNAE)⁶, o que contribuiu com a discussão a respeito da importância da diversidade não só de produção, mas também de comercialização que é essencial para manter a autonomia dos produtores.

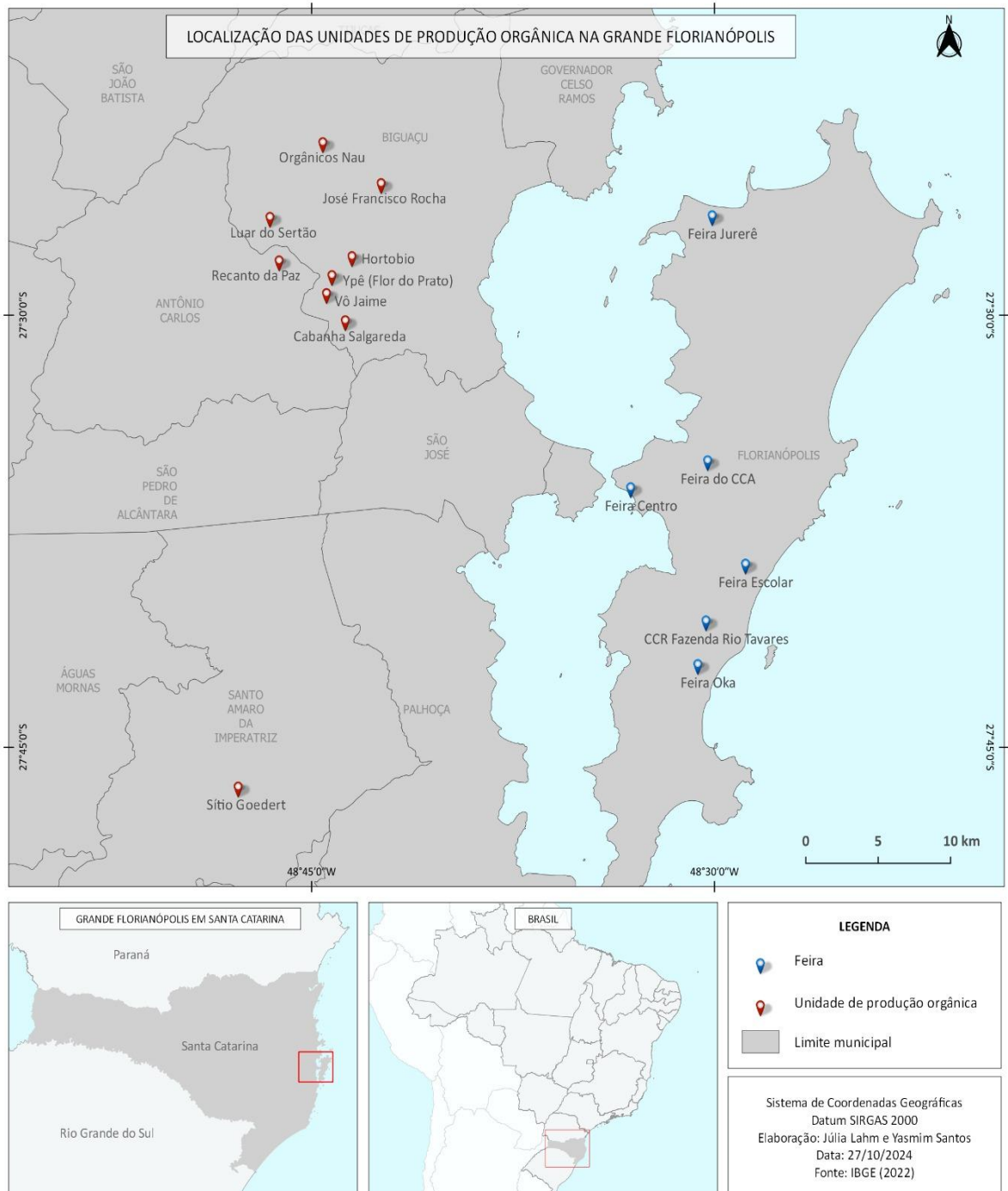
Nove propriedades entregaram devidamente os planos, pois as outras duas famílias (totalizando as 11 famílias pertencentes ao grupo no momento da pesquisa) ainda não tinham completado um ano de participação no grupo, tempo mínimo necessário para solicitar a certificação orgânica participativa.

Através das informações específicas de cada propriedade, foi elaborado um mapa de localização delas, o que permitiu a visualização geral das áreas de cultivo assim como dos principais locais onde os produtos costumam ser comercializados na região insular do município de Florianópolis. Na Figura 1 os pontos em vermelho representam as unidades de produção do Grupo Flor do Fruto em sua localização no território do país, do estado e da Grande Florianópolis e os pontos azuis representam as feiras e alguns locais onde os produtos são comercializados na ilha de Santa Catarina.

⁵ As Células de Consumidores Responsáveis são um projeto do LACAF (Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar) UFSC que promove a venda direta de cestas fechadas de alimentos orgânicos/agroecológicos através de pedidos antecipados entre grupos de consumidores e grupos de agricultores orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. (UFSC. Células de Consumidores Responsáveis) Disponível em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis/> Acesso em: 28 out. 2024.

⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são dois programas governamentais de compras públicas de alimentos produzidos por agricultores familiares no Brasil. As compras são feitas localmente e têm efeito positivo na renda dos agricultores e no desenvolvimento da agricultura familiar e dos territórios em que estão inseridas. (MDS, 2022). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar

Figura 1: Localização das propriedades do Grupo Flor do Fruto e seus locais de comercialização.



Fonte: Elaboração própria, com base nos Planos de Manejo, 2023.

Podemos notar a proximidade territorial das propriedades através do mapa elaborado de acordo com as coordenadas disponibilizadas nos planos de manejo e que os principais pontos de comercialização se dão na parte insular do município de Florianópolis. Apesar de uma parte da produção

ser entregue dentro do próprio município de Biguaçu (através da merenda escolar municipal), a proximidade de um grande centro de consumo de produtos agroecológicos⁷ já consolidado é fundamental para as relações territoriais do grupo e consequentemente para o escoamento da grande maioria da produção, que fica em Florianópolis. Segundo Pugas e Rover (2021), a região possui enorme potencial para produção agroecológica, com unidades produtivas de hortifrutigranjeiros de elevada diversidade. Ela apresenta-se como forte produtora de hortaliças orgânicas, com maior concentração da produção e o número de agricultores nesta atividade.

O local da pesquisa é a região da Grande Florianópolis, Santa Catarina. A região da Grande Florianópolis (SC), é um território que possui extensão de 7.157 km² e abriga uma população estimada de 1.190.751 de habitantes (IBGE, 2023), sendo que 84% desta população está concentrada nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, que juntos formam um núcleo urbano.

É constituída por alguns municípios conurbados e por outros do entorno. Foi a região metropolitana de uma capital sulista que mais cresceu na última década, e junto com Aracaju e João Pessoa (ambas no Nordeste do país) formou o rol das três capitais-metrópoles litorâneas com maiores índices de crescimento e expansão geopolítica. A geografia da região é bastante acidentada, moldada por montanhas e declives, o que restringe a agricultura extensiva baseada em maquinário especializado, favorecendo a ocupação pelos pequenos agricultores familiares que tem sua produção baseada na força do trabalho (Coelho de Souza, 2023).

A mesma autora ainda afirma que apesar de ter um contexto histórico moldado pela agricultura industrial e ligada ao agronegócio, a agricultura familiar é a categoria social mais presente na produção agroalimentar do estado de Santa Catarina. Isto tem sido possível devido aos diversos atores e entidades sociais e institucionais que apoiam a produção da agricultura familiar neste território, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Rede Ecovida de Agroecologia e outros apoios parlamentares, além das características socioculturais e ambientais citadas por Coelho de Souza (2023) que favorecem a agricultura de pequena escala, pois mais de 90% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares na região.

Para compreender profundamente a organização de um grupo pequeno de agricultores agroecológicos, incluindo desde a sua origem e história até suas articulações e redes em que se inserem

⁷ Para uma discussão mais aprofundada do assunto consultar (ROVER, O. J.; PUGAS, A. S.; SOUZA, M. C. Circuitos curtos de comercialização e mecanismos de controle na agricultura orgânica: analisando o potencial de formação de cinturões verdes agroecológicos. Revista Campo-Território, v. 16, n. 43 Dez., p. 378–399, 2021).

nos territórios que perpassam, foi fundamental nos aprofundarmos em conceitos que se tornaram os pressupostos teóricos da pesquisa. Partimos da agroecologia pois ela é muito mais do que uma ciência ou movimento social.

AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E TERRITÓRIO-REDE

A Agroecologia emerge na contemporaneidade não como um simples conjunto de técnicas alternativas, mas como uma resposta profunda e multifacetada à crise civilizatória representada pelo modelo industrial de agricultura. Ela se constitui, de forma indissociável, como uma ciência transdisciplinar, um novo paradigma para a agricultura e um movimento sociopolítico de resistência. Para compreendê-la em sua plenitude, é essencial percorrer sua evolução teórica, que parte da crítica ecológica e avança rumo a uma fundamentação política e social. A trajetória teórica da agroecologia, é, em sua essência, uma proposta de sociedade que coloca a vida – humana e não-humana – no centro, desafiando as estruturas de poder hegemônicas e propondo um futuro baseado na justiça social, na equidade e na sustentabilidade (GONÇALVES, 2008).

Em seu contexto político, a agroecologia é um projeto de resistência e emancipação. Ela se opõe à lógica da mercantilização da vida, à dependência de insumos externos, ao controle corporativo sobre as sementes e à concentração de terra e poder. Propõe, em seu lugar, a construção da soberania alimentar – o direito dos povos de definir suas próprias políticas e sistemas alimentares, baseados na justiça social, na valorização dos saberes tradicionais e na harmonia com os ecossistemas.

Neste sentido, a agroecologia vai muito além de um conjunto de técnicas agrícolas que produzem de maneira natural ou sem veneno. Ela se propõe a ser muito mais ampla e profunda, englobando questões sociais, culturais e econômicas como direitos trabalhistas, igualdade de gênero e raça, além de uma série de valores e ética que ultrapassam os impasses econômicos e mercadológicos.

Portanto, a trajetória teórica da agroecologia, da ecologia de Altieri (década de 1980) ao paradigma da complexidade de Caporal & Costabeber (2002) e ao movimento de libertação de Sevilla Guzmán (décadas de 1990/2000), revela sua maturidade como um projeto civilizatório. Mais do que uma forma de produzir alimentos sem agrotóxicos, ela é um posicionamento político. É uma prática de resistência ativa que contesta o agronegócio e sua lógica de mercantilização da vida, defendendo a reforma agrária, a democratização da terra e a autonomia das comunidades. Socialmente, é um compromisso com a cooperação, a justiça e a valorização da cultura. Como ciência, é um campo que dialoga com o saber popular para construir um conhecimento emancipatório. Negar esta dimensão

política é esvaziar a agroecologia de seu potencial transformador, reduzindo-a a um nicho de mercado, quando ela é, em sua essência, uma proposta de um futuro mais justo e sustentável para o campo e para a sociedade como um todo.

A agroecologia é, sobretudo, uma construção social em fase inicial, permeada por uma heterogeneidade de pensamentos e ações, e inacabada. Seu futuro depende de lutas e ações multidimensionais e multiescalares, devido à sua complexidade e aos desafios que a envolvem. Certamente, o Estado, por meio de políticas públicas, dotação orçamentária, capacitação e orientação técnica, entre outras ações, tem sua relevância nesse processo. Contudo, o futuro da agroecologia, depende, sobretudo, da sociedade, de pessoas que percebam sua importância e que estejam comprometidas com seu avanço qualitativo e quantitativo. (Zanetti Pessoa Candioto, 2020, p.70).

Neste sentido, a agroecologia vai muito além de um conjunto de técnicas agrícolas que produzem de maneira natural ou sem veneno. Ela se propõe a ser muito mais ampla e profunda, englobando questões sociais, culturais e econômicas como direitos trabalhistas, igualdade de gênero e raça, além de uma série de valores e ética que ultrapassam os impasses econômicos e mercadológicos.

A articulação entre organizações coletivas que promovem a agroecologia, à qual faz parte o grupo de agricultores estudados, ocorre por meio de diversas redes. Na região de estudo, uma parcela significativa se dá por meio da Rede Ecovida de Agroecologia, que atua na região sul do Brasil desde o final da década de 1990. A Rede Ecovida de Agroecologia é uma rede pioneira na promoção dos princípios agroecológicos e no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é também conhecida como Sistema Participativo de Garantia. “A partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil, [a Rede Ecovida] envolve entidades dos três estados da região sul (RS, SC e PR) e parte de São Paulo. Ela é formada por pessoas e organizações que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica” (Rover, 2011, p.59).

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma articulação que reúne grupos de agricultores familiares, organizações e movimentos relacionados, além de outras entidades de apoio, como ONGs e associações de consumidores. A proposta central dessa rede está ancorada na reprodução social dos agricultores familiares por meio da produção agroecológica de alimentos, destacando-se que seu objetivo não se baseia apenas na busca de lucro ou na lógica competitiva do capitalismo. Pelo contrário, a atuação da Rede Ecovida se orienta pelo mercado de produtos orgânicos de forma solidária e colaborativa (Rover, 2011).

A Rede de Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis, conceito que é recente (Miranda, 2020) e que congrega diversos atores sociais e institucionais deste território e que vem sendo

utilizado em outras pesquisas na região é também uma rede de que promove relações fundamentais tanto sociais quanto econômicas para o grupo estudado. Podemos notar que diversas redes se articulam entre si no território de estudo e o grupo estudado faz parte de algumas delas.

Com o objetivo de analisar o “desenho” da produção agroecológica na localidade observada, serão mobilizados os conceitos de território e território-rede, a partir de autores clássicos como Milton Santos (2001, 2002, 2005) e Rogério Haesbaert (2002, 2004, 2005). Para Santos (2001), o espaço geográfico é sinônimo de território usado, sendo este revelador da realidade concreta, da história e das ações desiguais que nele acontecem, as quais se expressam através dos objetos geográficos. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2005, p.138). Nessa perspectiva, o uso do território se constitui em uma categoria social de análise, permitindo verificar como a sociedade se organiza na atualidade com seus objetos geográficos cada vez mais tecnificados, constituídos pelas dinâmicas dos lugares (SANTOS, 2002).

Este todo constituiria o espaço banal (SANTOS, 2002), definido como o espaço de todos os seres humanos, firmas e organizações — ou seja, o espaço geográfico. Contudo, apenas os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Por isso, os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional, e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser mais bem utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional. Santos (2001) afirma que o espaço de fluxos tem vocação para ser ordenador do espaço total, assim como o modelo hegemônico é planejado para ser indiferente ao seu entorno. “O espaço banal são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção” (SANTOS, 2001, p.109).

O território, portanto, não é organizado somente pelo Estado, nem é delimitado apenas por relações de poder, mas também por relações econômicas e simbólicas (SANTOS, 2000). Desde os primórdios, o homem se territorializa e busca compreender seu processo de desenvolvimento localmente. Haesbaert (2002) concebe o território como uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos, sendo também um espaço apropriado imaterialmente na produção de identidade, subjetividade e simbolismos. Dessa forma, os territórios se configuram como sistemas complexos e interativos, nunca estáticos, moldados por fatores como história, geografia, cultura, economia, ambiente e sociedade. A combinação desses fatores gera especificidades únicas em cada território, que podem representar oportunidades ou desafios para os atores envolvidos.

Para uma compreensão integrada dessas dinâmicas, o conceito de território-rede e de multiterritorialidade, conforme abordado por Rogério Haesbaert (2004), apresenta-se como fundamental. O autor argumenta que território e rede não devem ser vistos como opostos, pois a rede pode ser um elemento constitutivo do território, influenciando sua dinâmica. Haesbaert (2004) identifica três abordagens principais: a subordinação da rede ao território, comum na geografia tradicional; a dicotomização, que os vê como entidades separadas; e a integração, posição defendida pelo autor, que considera a interdependência entre os dois. Nesse sentido, de acordo com Braga (2010), o conceito de territorialização é dinâmico, envolvendo a construção e controle de fluxos e redes, o que implica que o território é moldado por movimentos e interações. As redes possuem um efeito duplo: territorializador, ao sustentar e construir territórios; e desterritorializador, quando desestruturam e desconectam territórios, excluindo agentes que não se alinham à lógica do capital.

Dessa forma, Haesbaert (2004) define a multiterritorialidade como uma forma contemporânea de reterritorialização, complexa e não-hierárquica, que surge como resposta à dinâmica atual de conexões e desconexões, refletindo a diversidade de experiências territoriais na sociedade contemporânea. Estes pressupostos são fundamentais para entender as dinâmicas territoriais aqui abordadas, nas quais as interações sociais, econômicas e culturais se entrelaçam em territórios-rede que redefinem o espaço e a dinâmica territorial, ou seja, a forma como práticas, organizações, instituições ou agentes locais se estruturam para atuar no desenvolvimento do território.

O CASO DO GRUPO FLOR DO FRUTO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo um grupo de pequenos produtores agroecológicos que se formou inicialmente com o objetivo de obter a certificação orgânica, promovendo a agroecologia e a justiça social por meio de circuitos curtos de comercialização. Especificamente, este trabalho buscou compreender como se caracterizam as unidades produtivas do grupo em relação às suas áreas de produção e como isso se reflete na dinâmica territorial e na formação de redes neste território.

De acordo com o atual coordenador do Grupo Flor do Fruto, a trajetória do grupo iniciou em 2009, quando um produtor – que possuía contrato com uma rede de supermercados atacadistas – uniu-se a outros dois produtores de banana da região para formar o coletivo. O objetivo central era certificar a chamada "banana do mato". Com essas três famílias, o grupo foi oficialmente estabelecido ainda naquele ano, passando a incorporar posteriormente outros integrantes que também buscavam a certificação orgânica. Em 2012, o grupo já contava com seis famílias – cinco produtoras de banana e

uma dedicada ao cultivo de hortaliças. Foi nesse período que o coletivo pôde contar com assessoria técnica em agronomia e comercialização, um fator central para a expansão de suas ações.

A atuação em feiras livres iniciou-se em 2014, por meio de um projeto da prefeitura de Florianópolis que promovia a feira "Viva a Cidade", realizada aos sábados junto ao Mercado Público Municipal. Em 2015, o grupo assumiu a feira do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), momento que marcou um significativo aumento na demanda por seus produtos.

Além disso, surgiu o interesse e opção pelas políticas públicas - participação em editais de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - o que com a expansão na comercialização direta através das feiras foi crescendo exponencialmente. Foi no mesmo ano (2015) que eles começaram a fornecer para a merenda escolar do município de Biguaçu, através de um edital do PNAE. As políticas públicas e programas de apoio à produção orgânica e agroecológica têm desempenhado um papel importante no fortalecimento da produção local.

Para participar de editais institucionais, os produtores do grupo participam de uma cooperativa local, que foi criada em 2016. A Cooperativa Sabor da Terra⁸ hoje já conta com 62 famílias da região e fornece para os municípios de Biguaçu, Antônio Carlos, PAA de Florianópolis, órgãos institucionais como o Exército, e fornece para a APAE. Assim se consolidaram alguns mercados diretos de comercialização em circuito curto e isso fortaleceu muito o grupo e sua organização junto a outros agricultores locais, principalmente dos municípios de Biguaçu e Antônio Carlos, que agrega produtores orgânicos e convencionais. Para a viabilização da cooperativa as reuniões com a prefeitura de Biguaçu se iniciaram em 2014 e contaram com apoio da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e dos nutricionistas do município. No início eram 17 famílias de agricultores familiares (orgânicos e convencionais) que já em 2015 começaram a fornecer alimentos para o município.

A trajetória do grupo, revela uma progressiva consolidação em torno de uma estratégia central: a adoção de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). Os CCC são uma forma de venda direta ou com no máximo um intermediário, que aproxima os produtores dos consumidores por conta da proximidade e da ausência de intermediação, e que, entre outros benefícios, possibilita que os produtos cheguem mais frescos no seu destino de consumo final, aumentando a qualidade dos produtos e a confiabilidade dos consumidores, além de aumentar o faturamento direto dos produtores.

⁸Mais informações em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/24198511000128-COOPERATIVA-SABOR-DA-TERRA-COSAT>

Esta opção estratégica, que aproxima produtores e consumidores, tornou-se fundamental para a promoção da agroecologia e da justiça social, constituindo o eixo de sua organização socioeconômica. Os circuitos curtos se referem a forma do território-rede, tendo em vista a articulação entre os atores mediada por processos políticos organizativos que vinculam unidades de produção, linhas de fluxo de produtos e os pontos fixos de comercialização em forma de rede. Dessa maneira notamos a importância deste território em rede redefinir as relações sociais da produção agroecológica, que por mais que tenham a finalidade comercial, não se resumem apenas a isso, pois a rede se caracteriza também pelas relações de sociabilidade. Ao encurtarem a distância entre produção e consumo, as redes potencializam a qualidade dos alimentos, a confiança dos consumidores e a autonomia econômica dos produtores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste artigo são apresentados dados secundários oriundos dos Planos de Manejo que os agricultores elaboram anualmente para garantir a certificação orgânica participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia. A certificação participativa promovida pela Rede Ecovida surge como um pilar fundamental no fortalecimento da produção agroecológica, ao mesmo tempo em que garante a viabilidade econômica dos agricultores que dela participam. Essa abordagem se destaca não apenas pela sua acessibilidade financeira, mas também pela criação de um ambiente colaborativo, refletindo uma estratégia inclusiva que vai além da certificação em si, englobando educação e troca de experiências entre os membros da rede. Para a consolidação da certificação são realizadas visitas e reuniões mensais nas propriedades dos associados.

O Plano de Manejo é um documento de registro de informações sobre as unidades produtivas do grupo estudado, que estrutura as informações em categorias, com uma série de perguntas e respostas sobre a prática de manejo de cada unidade, abrangendo temas como a área de produção orgânica, área de conversão orgânica, áreas protegidas, problemas enfrentados, possíveis soluções para os problemas, separação de áreas, promoção da biodiversidade, conservação do solo, contaminação, qualidade da água, destino dos resíduos, mão de obra, alimentação animal, manejo do solo, equipamentos, controle de pragas e doenças, frequência de registro de atividades, além de contabilizar e detalhar a produção de alimentos de cada unidade de produção. A intenção do documento é avaliar e analisar o cumprimento das normas de manejo orgânico em cada propriedade, buscando identificar pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria. O documento é disponibilizado digitalmente ou fisicamente para os

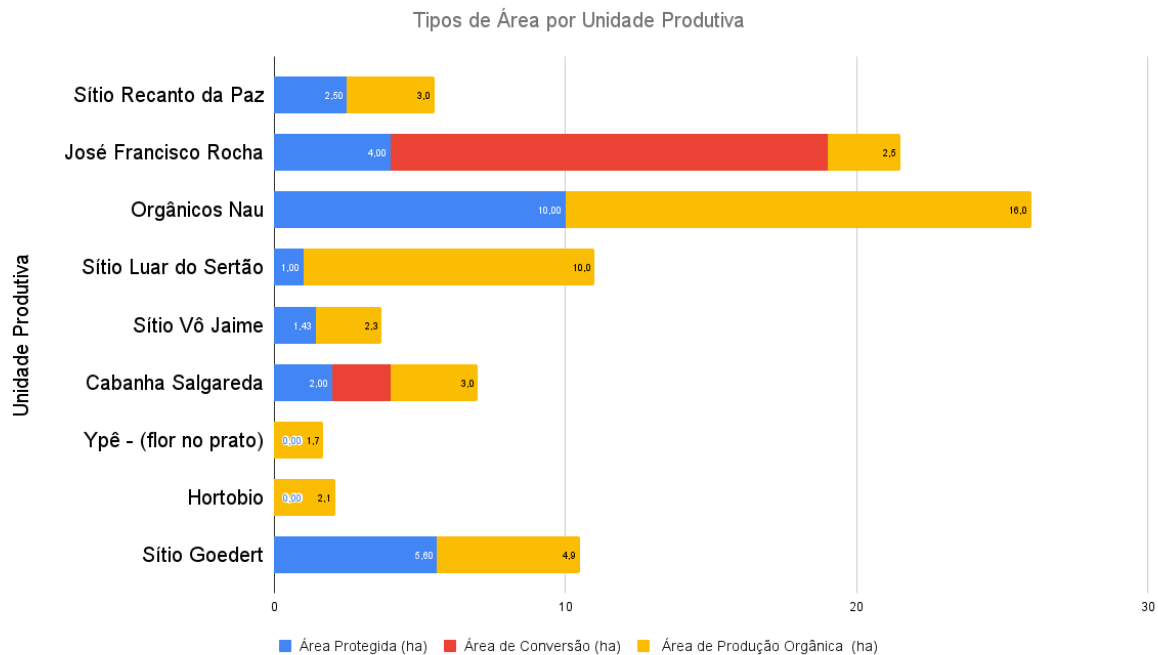
produtores no início de cada ano para que preencham e entregue ao coordenador do grupo para posterior relatoria para a Rede Ecovida.

A partir das informações disponibilizadas, foram sintetizadas diferentes tabelas através do Microsoft Excel® onde conseguimos ter ideia dos principais desafios enfrentados pelo grupo, assim como do potencial de diversidade, áreas de proteção ambiental, e outros dados com relação ao uso solo, acesso a equipamentos, informações fundamentais para o entendimento do funcionamento do grupo. A Tabela 1 sintetiza a distribuição das áreas de produção orgânica, conversão e proteção ambiental nas nove propriedades analisadas. Observa-se que a maioria já possui certificação orgânica consolidada, com apenas duas unidades ainda em processo de conversão. Os produtores do grupo têm propriedades que variam de 1,7 hectares até 26 hectares, sendo constituídas entre área de produção orgânica, área de conversão e áreas protegidas.

Tabela 1: Áreas de produção orgânica, proteção e conversão do Grupo Flor do Fruto.

UNIDADE DE PRODUÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA (ha)	% prod. org. / área total	ÁREA DE CONVERSÃO (ha)	ÁREAS PROTEGIDAS (ha)	% área protegida / área total	ÁREA TOTAL (ha)
SÍTIO GOEDERT	STO AMARO DA IMPERATRIZ	4,90	46,67	0	5,60	53,33	10,50
HORTOBIO	BIGUAÇU	2,10	51,22	0	0	0	4,10
YPÊ- (Flor no Prato)	BIGUAÇU	1,69	100,00	0	0	0	1,70
Cabana Salgareda	BIGUAÇU	3,00	40,00	2,00	2	26,67	7,50
SÍTIO VÔ JAIME	BIGUAÇU	2,27	61,35	0	1,43	38,65	3,70
SITIO LUAR DO SERTÃO	BIGUAÇU	10,00	85,47	0	1,00	8,55	11,70
ORGÂNICOS NAU	BIGUAÇU	16,00	61,54	0	10,00	38,46	26,00
José Rocha	BIGUAÇU	2,50	11,63	15,00	4,00	18,60	21,50
Sítio Recanto da Paz	ANTÔNIO CARLOS	3,00	54,55	0	2,50	45,45	5,50
Soma:		45,50	49,30	17,00	26,50	28,80	92,20
Média:		5,05	56,94	1,89	2,95	25,52	10,24

Figura 2: Gráfico das áreas de produção, proteção e conversão do Grupo Flor do Fruto.



Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

A Figura 2, por sua vez, ilustra a proporção entre área produtiva, protegida e em conversão, evidenciando o compromisso do grupo com a preservação ambiental — em média, 25,5% da área total é destinada à proteção.

Constatamos que a média da área de produção orgânica entre as unidades de produção é de aproximadamente 5,05 hectares. Apenas duas das propriedades analisadas ainda têm áreas em processo de conversão orgânica. As propriedades são relativamente pequenas e a maioria das áreas de produção já são orgânicas em sua totalidade. As áreas de produção orgânica⁹ são manejadas sem o uso de pesticidas e fertilizantes químicos e promovem um ambiente mais saudável para diferentes formas de vida. Destacam-se também as áreas protegidas, que podem servir de refúgio para espécies locais e manter a integridade do ecossistema, além de promoverem a biodiversidade e serem pauta de discussão

⁹ A definição legal de produção orgânica pode variar conforme a legislação de cada país. No Brasil, a produção orgânica é regulamentada pela Lei nº 10.831/2003 e pelo Decreto nº 6.323/2007, que estabelecem os princípios e diretrizes para esse tipo de produção. A produção orgânica baseia-se em práticas sustentáveis de cultivo e manejo, respeitando os ciclos naturais e a biodiversidade. Esse sistema exclui o uso de insumos sintéticos, como agrotóxicos, fertilizantes químicos, hormônios, antibióticos e organismos geneticamente modificados (OGMs). Além disso, valoriza os processos ecológicos e a saúde do solo, promovendo a fertilidade natural e a ciclagem de nutrientes. A produção orgânica também incentiva sistemas diversificados, como a rotação de culturas e o uso de adubos verdes. Outro aspecto fundamental é a prioridade dada à certificação e rastreabilidade dos produtos, garantindo sua conformidade com as normas orgânicas. Por fim, esse modelo de produção promove a equidade social e o bem-estar dos trabalhadores rurais e consumidores, contribuindo para um sistema agrícola mais sustentável e justo.

a respeito de um possível pagamento por serviços ambientais para os produtores, que mantêm essas áreas de grande importância para a manutenção da natureza local.

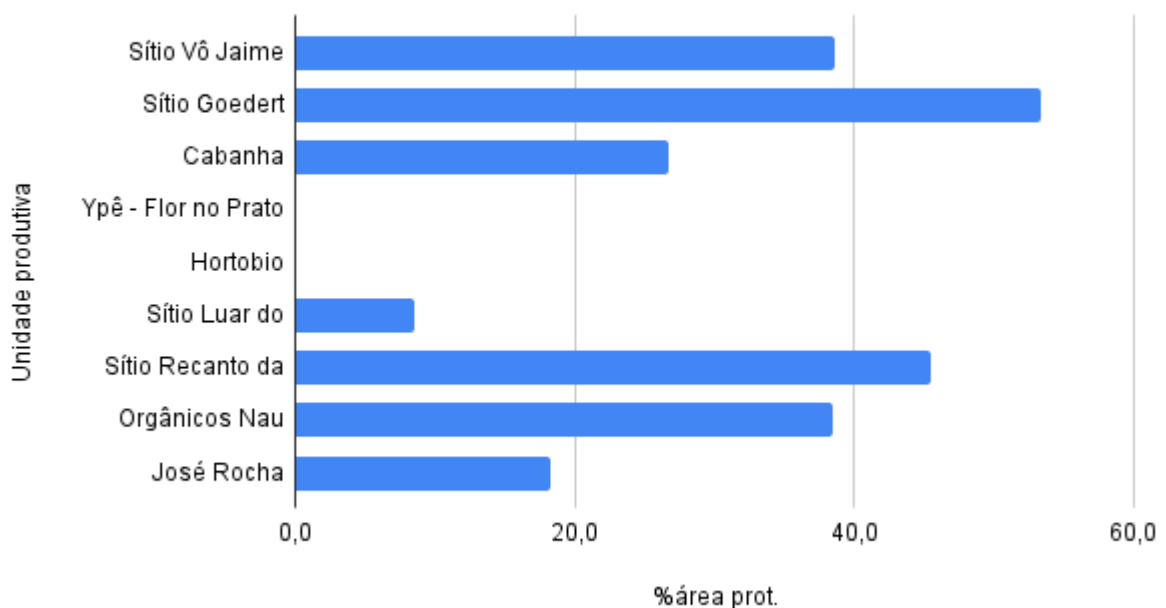
Sendo somadas as áreas, resulta em uma área total de produção do grupo de 92,2 hectares, dos quais 49,3%, ou seja, 54,5 hectares são de produção orgânica e 28,8% são de áreas protegidas, o que corresponde a 45,4 hectares. Incluir a compensação pelos serviços ambientais prestados pelos agricultores é uma questão que exige reconhecimento e remuneração adequada, além de ser uma forma de valorização dos produtos orgânicos.

Notamos que há áreas protegidas em quase todas as unidades produtivas, apenas duas (Hortobio e Ypê) não possuem, principalmente pelo menor tamanho das propriedades, assim como por serem as únicas constituídas de relevos menos acidentados, uma vez que essas duas propriedades se encontram bem próximas das suas rodovias de acesso, próximas inclusive ao novo contorno viário da Grande Florianópolis, que teve sua construção finalizada recentemente.

A Figura 3 detalha a porcentagem de área protegida por unidade produtiva, reforçando a heterogeneidade na distribuição dessas áreas. Enquanto propriedades como Sítio Goedert e Sítio Recanto da Paz mantêm mais de 45% de suas áreas protegidas, outras como Ypê e Hortobio não registram áreas de proteção, refletindo diferentes contextos fundiários e ambientais.

Figura 3: Gráfico de porcentagem de área protegida por unidade produtiva do Grupo Flor do Fruto.

%área prot. por Unidade produtiva



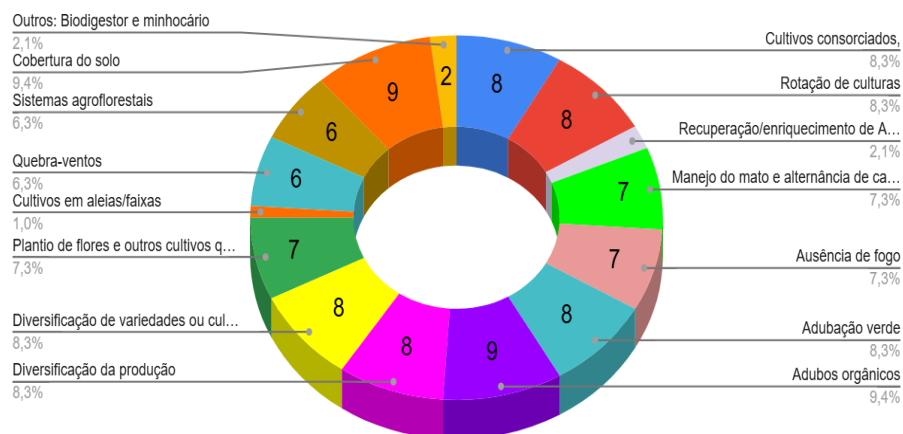
Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

Informação bastante relevante e que corrobora com a conservação ambiental, assim como pelo Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é a forma como as unidades de produção promovem a biodiversidade. Aqui entendemos que biodiversidade constitui a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, abrangendo a totalidade dos ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais fazem parte (CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 1992, p. 3). O PSA condiciona o recebimento de benefícios à prestação de um serviço ambiental e funciona como ferramenta de incentivo às práticas sustentáveis. Já há pesquisas (Júnior et al, 2014; Gossenheimer e Turatti, 2021; Jodas e Portanova, 2014) que mostram que essa prática se tornou uma ferramenta essencial para a conservação das áreas naturais geradoras de serviços ecossistêmicos entre as práticas de agroecologia. O PSA tem o potencial de atuar como uma política pública destinada a reconfigurar o modelo agrícola nacional, promovendo a disseminação dos princípios da agroecologia na agricultura familiar, fortalecendo a soberania dos agricultores e valorizando os modos de vida e os saberes tradicionais das comunidades rurais (Jodas e Portanova, 2014).

A Figura 4 apresenta as estratégias de promoção da biodiversidade adotadas pelo grupo. Todas as nove propriedades utilizam cobertura de solo e adubos orgânicos, enquanto a maioria pratica cultivos consorciados, rotação de culturas e diversificação da produção.

Figura 4: Gráfico das ações para promoção da Biodiversidade no Grupo Flor do Fruto.

Promoção da Biodiversidade



Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

Pode-se notar através da figura que os produtores do grupo utilizam diversas estratégias para promoção da biodiversidade do solo, conforme declarado nos planos de manejo onde são indicadas as ações entendidas quanto promotoras da biodiversidade, entre tais ações destacam-se tecnologias de manejo, de processamento, de insumos e de uso de espécies vegetais. Todas as nove propriedades utilizam a cobertura de solo, assim como adubos orgânicos. Oito das nove propriedades fazem cultivos consorciados, rotação de culturas e extensa diversificação da produção (ver figura 4), assim como adubação verde. A rotação de culturas é uma estratégia frequentemente utilizada pelos produtores do grupo, principalmente os que cultivam em unidades de produção menores e que por isso resultam numa maior diversidade de cultivares. Notamos que as unidades produtivas de maior área são geralmente as com menor diversidade de cultivares, que em sua maior parte se trata de banana do mato, fruto que foi o congregador do grupo.

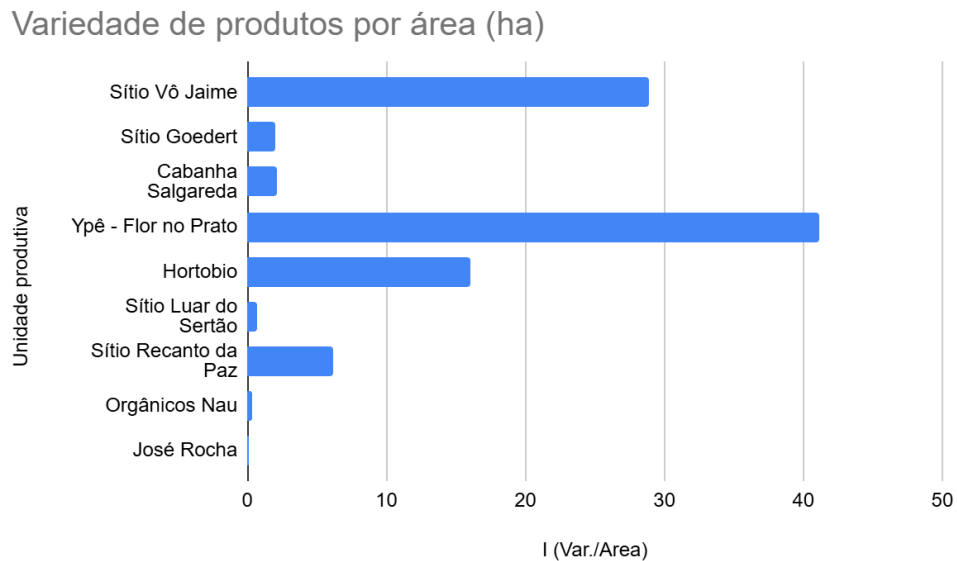
Plantio de flores e outros cultivos que atraem indicadores biológicos (ditos pragas, doenças e plantas daninhas), ausência de fogo, manejo das plantas espontâneas e alternância de capinas são estratégias utilizadas por sete entre as nove propriedades analisadas. Apenas duas propriedades declaram recuperação/enriquecimento de APP e uso de biodigestor e minhocário, enquanto só uma declarou plantio em alelas/faixas, o que enfatiza o plantio consorciado e a rotação de culturas, indicadores de diversidade produtiva.

Métodos de controle de pragas não invasivos, como o uso de capina manual e a cobertura do solo são formas que também contribuem para a diversidade no solo e das plantas e que são práticas recorrentes nas unidades de produção do grupo.

A Figura 5 explora a relação entre área total de produção e número de produtos cultivados, revelando uma grande variação, esta figura deve ser lida conjuntamente com a Tabela 2 onde são apresentados os produtos mais produzidos¹⁰ por cada propriedade, e também com a Tabela 3 onde são apresentados os totais de produtos por propriedade. Propriedades menores, como Ypê e Hortobio, apresentam alta diversidade de cultivos, enquanto unidades com áreas maiores tendem a uma produção mais concentrada, especialmente em banana.

¹⁰ Optamos aqui em apresentar somente os produtos mais produzidos, tendo em vista que a apresentação de todos os produtos por propriedade demandaria o uso de extensos quadros de dados, o que seria inviável ao formato de artigo para revista.

Figura 5: Gráfico da relação entre a área de produção e a variedade de produção do Grupo Flor do Fruto.



Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

Observando a relação entre a área total de produção e o número de produtos que são cultivados em cada propriedade, podemos notar que a variação é grande e assim como há propriedades do grupo que tem muitos produtos cultivados em área bastante reduzida, como é o caso dos sítios Ypê e Hortobio, há também propriedades que tem áreas maiores e um número mais reduzido de produtos cultivados. Isso se dá, principalmente pelas condições geomorfológicas de cada propriedade e em alguns casos também pelo tamanho e localização da propriedade. A região é marcada pelo cultivo de banana do mato e alguns produtores do grupo focam sua produção principalmente na banana e hortaliças, assim como nas raízes e no extrativismo de frutas como açaí juçara¹¹.

A Tabela 2 detalha as principais produções comerciais por unidade produtiva, confirmando a banana como um dos cultivos mais significativos, seguida por hortaliças diversas e algumas raízes.

Tabela 2: Principais produções comerciais por unidade produtiva do Grupo Flor do Fruto.

Goedert (unid)	Beterraba	10000	Unid.
	Batata doce	10000	Unid.
	Brócolis chinês	11500	Unid.

¹¹ A principal diferença entre o açaí (*Euterpe oleracea*) e a juçara (*Euterpe edulis*) está nas suas características botânicas, habitat e uso.

	Alfaces	24000	Unid.
Ypê - Flor no Prato	Abóbora cabotiá	3000	Kg
	Alho Porró	3000	Unid.
	Rúcula	9000	Unid.
	Alface	5000	Unid.
Cabanha Salgareda	Mandioca	150	Unid.
	Alho porró	250	Unid.
	Rúcula	240	Unid.
	Alface Americana	240	Unid.
Hortobio	Alface crespá	7000	Unid.
	Alface Americana	5000	Unid.
	Rúcula	5000	Unid.
	Batata doce	3000	Kg
Orgânicos Nau	Banana	35000	Kg
	Abóbora	1400	Kg
	Açaí-Jussara	1000	Kg
	Bergamota	800	Kg
Sítio Luar do Sertão	Banana	10000	Kg
	Cana de Açúcar	5000	Unid.
	Milho	3000	Unid.
	Aipim	2000	Kg
Sítio Vô Jaime	Banana	500	Kg
	Saladas Baby	5000	Unid.
	Batata doce	200	KG
	Aipim	100	Kg
Sítio Luar do Sertão	Banana	10000	Kg
	Cana de açúcar	5000	Kg
	Aipim	2000	Kg
	Polpa Jussara	1000	Kg
José Rocha	Banana	14165	Kg
	Pitaya	500	Kg
	Aipim	a colher	Kg

Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

Aqui temos a relação das 3 ou 4 maiores produções de cada unidade produtiva, onde podemos notar que a banana segue sendo um dos cultivos mais utilizados, seguido de hortaliças diversas e algumas raízes.

A Tabela 3 consolida a relação entre número de produtos cultivados e área total por unidade produtiva, evidenciando a grande variabilidade na diversificação produtiva do grupo.

Tabela 3: Número de produtos e área por unidade produtiva do Grupo Flor do Fruto.

Unidade produtiva	n. de produtos	área total
Sítio Vô Jaime	107	3,7
Sítio Goedert	21	10,5
Cabanha Salgareda	16	7,5
Ypê - Flor no Prato	70	1,7
Hortobio	66	4,1
Sítio Luar do Sertão	8	11,7
Sítio Recanto da Paz	34	5,5
Orgânicos Nau	8	26
José Rocha	3	21,5

Fonte: Elaboração própria com base nos Planos de Manejo (2023).

Podemos notar, através das sistematizações das informações, que o número de produtos cultivados por unidade produtiva é bastante variado, tendo uma mais de 100, duas entre 50 e 100, duas entre 20 e 50, quatro menos que 20 cultivares. Isso se deve a múltiplos fatores que já mencionamos, como o tamanho e a localização e a geomorfologia que influencia o que é produzido em cada propriedade. Através de diferentes perspectivas, podemos notar a importância da agricultura familiar, a busca por alternativas de renda e a necessidade de apoio e investimento em políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia. As temáticas principais que a pesquisa acessou foram a questão da produção orgânica e tudo que isso envolve, desde a formação do grupo com intuito de obter a certificação de conformidade orgânica, como ocorre a comercialização dos alimentos do grupo, participação em cooperativa, e como ocorrem as dinâmicas territoriais dentro desse território-rede.

Em síntese, a organização em grupo e a participação em diversas redes dentro do território se configura como uma estratégia para promover a agroecologia entre pequenos agricultores, ao oferecer uma alternativa acessível e colaborativa em relação aos modelos tradicionais de certificação, trocas

efetivas entre os produtores e garantia de escoamento e diversidade da produção. As redes que são formadas não apenas facilitam a certificação, mas também contribuem para a formação de uma comunidade mais informada e engajada. Contudo, é fundamental que os membros da rede desenvolvam e mantenham uma compreensão mais profunda dos princípios agroecológicos, para que a certificação não se torne um fim em si mesma, mas sim um meio para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e socialmente justas.

Analisar e avaliar projetos e práticas sociais, assim como sua resiliência dentro dos territórios que pertencem mostra-se essencial para promover avanços sociais e territoriais possíveis. A análise aqui apresentada fornece dados e diagnósticos que apontam aprendizados e lacunas, oferecendo mais embasamento para decisões pautadas na ciência. Foi possível observar padrões que nos fazem refletir a respeito da importância da diversidade não só de produção, mas também de comercialização e abastecimento.

As práticas agroecológicas nesse território oferecem serviços ambientais, muitas vezes invisibilizados pelas políticas públicas. A alta concentração de propriedades em Áreas de Preservação Permanente (APP) e a presença de mananciais de água não poluída são indicadores ambientais significativos. Esses serviços, que incluem a conservação da biodiversidade, a proteção de solos e a regulação hídrica, precisam ser reconhecidos e incentivados formalmente. Por exemplo, a implementação de políticas de pagamento por serviços ambientais (PSA) poderia servir como um mecanismo eficaz para valorizar economicamente tais práticas, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo.

As relações de trabalho praticadas no mercado tradicional, que estabelece relações de trabalhos hierárquicos, característicos da relação capital – trabalho, representados por organogramas verticais não se apresentam nas dinâmicas do grupo. A agroecologia incentiva autonomia de cada unidade produtiva participante do grupo. Isso não significa que não existam pessoas liderando processos, mas que os demais envolvidos podem participar dos processos de tomada de decisão e não apenas são meros executores de tarefas. Essas medidas garantem, para além de melhores relações de trabalho, melhores condições de produção, o escoamento da produção (especialmente para a merenda escolar), fortalece a comercialização e facilitam o acesso a recursos técnicos e políticas públicas, assim como certificações orgânicas mais acessíveis, promovendo a sustentabilidade da agricultura familiar e o fortalecimento dos produtores locais e suas redes de cooperação.

O território em rede, no contexto agroecológico, é uma estrutura dinâmica que integra fixos e fluxos em interações complementares. Os fixos, como áreas de produção, entrepostos e feiras de venda

direta, servem de ancoragem territorial, enquanto os fluxos conectam produtores, consumidores e bens, garantindo a circulação de produtos, saberes e solidariedade. A demanda crescente por entrepostos não apenas reflete a necessidade logística de distribuição, mas também revela uma reorganização territorial pautada na sustentabilidade e na justiça social. Esses elementos configuram um território híbrido, que combina dimensões econômicas, ambientais e sociais em redes horizontais de resistência ao modelo convencional verticalizado.

A diversidade produtiva, medida tanto pela variedade de cultivos por hectare quanto pela riqueza de produtos ofertados, reforça a resiliência das redes agroecológicas. Essa característica contrasta diretamente com a homogeneidade das monoculturas industriais e fortalece tanto a segurança alimentar quanto a biodiversidade local. Para além do aspecto produtivo, a diversidade é também um pilar econômico, já que amplia os mercados acessíveis e reduz os riscos associados à dependência de um único tipo de cultura.

Uma ameaça crescente ao território em rede é a especulação imobiliária, especialmente em regiões próximas a áreas urbanas em expansão. O aumento do valor da terra pressiona agricultores a venderem suas propriedades, desmantelando as redes agroecológicas e contribuindo para a fragmentação territorial. Dados locais ilustram esse impacto: nos últimos anos, diversas propriedades de entorno às aqui estudadas têm sido substituídas por empreendimentos imobiliários na região, principalmente com a recente finalização da construção do contorno viário da Grande Florianópolis, o que pode comprometer a continuidade das práticas sustentáveis. É fundamental que políticas públicas, como restrições ao uso da terra e incentivos à permanência de agricultores, sejam implementadas para mitigar essa ameaça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos com Fernandes (2024) que uma transição justa e efetiva no contexto econômico tem o potencial de fomentar a soberania ecológica, a qual, por sua vez, pode desempenhar um papel crucial na reparação dos séculos de colonização, escravidão e exploração vivenciados por populações vulnerabilizadas, seja no campo, nas florestas ou nas periferias urbanas do Brasil. Contudo, para que essa redistribuição de poder econômico aos territórios populares resulte em um verdadeiro fortalecimento do poder de classe, a implementação de políticas públicas proativas e o compromisso governamental, embora necessários, não serão suficientes por si só.

O trabalho de um produtor rural conectado à cultura tradicional do território e às práticas agroecológicas, garante a valorização da identidade e abundância local ao mesmo tempo que cria um portfólio de produtos e serviços que podem ser oferecidos a outros territórios. Na prática, o sistema de trabalho é guiado por uma visão horizontal, onde cada sujeito assume compromissos e tarefas perante o coletivo e colabora de acordo com seus conhecimentos e habilidades. Essas práticas oferecem mais do que alternativas ao capitalismo: oferecem soluções sistêmicas, capazes de alimentar a população respeitando nossas culturas e nossos biomas.

A agroecologia é uma ferramenta para libertar a terra e o povo, uma forma de desafiar as leis coloniais para manter uma conexão ancestral com a terra, que salvando sementes que carregam a sabedoria de seus antepassados e que denunciam a apropriação da comida local pelas grandes marcas e ultraprocessados.

O território em rede, como configurado por práticas agroecológicas, é uma expressão resiliente e inovadora diante das pressões do modelo hegemônico. Sua sustentação depende de políticas públicas que reconheçam e incentivem seus benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ao reforçar a horizontalidade e a solidariedade, essas redes oferecem não apenas uma alternativa ao modelo convencional, mas um caminho promissor para a sustentabilidade e a justiça territorial. O futuro dessas redes exige um esforço conjunto de agricultores, formuladores de políticas e pesquisadores, de modo a consolidar o território em rede como um pilar estratégico para o desenvolvimento socioambiental. Pensar o contexto da agroecologia como território-rede vai além de vê-la apenas como um agroecossistema. É nas relações territoriais (de poder) que ocorrem as resistências agroecológicas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: The Scientific Basis of Alternative Agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13293>. Acesso em 15 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mais de 24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023. **Agência Gov.**, Brasília, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Safra da Agricultura Familiar: R\$ 76 bilhões de crédito e juros mais baixos. **Agência Gov.**, Brasília, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/com-reducao-de-juros-para-alimentos-basicos-plano-safra-da-agricultura-familiar-tem-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Exportações do agronegócio somam mais de US\$ 14 bi em agosto. **Agência Gov.**, Brasília, 9 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-somam-mais-de-us-14-bi-em-agosto>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COELHO DE SOUZA, Julia. **O potencial social das cestas de alimentos agroecológicos: dinâmicas organizativas em circuitos curtos de comercialização na Região da Grande Florianópolis**. 2023. 190p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Article 2: Use of Terms**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/articles/?a=cbd-02>. Acesso em: 24 out. 2025.

CHIFFOLEAU, Y. **Les circuits courts de commercialisation em agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable**. In: (Ed.). *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*: Educagri éditions, 2008.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/264968/001177298.pdf?sequence=1> Acesso em: 20/02/2024.

DAROLT, M. R. ROVER, O. J. (Org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

DE SOUZA, Julia Coelho et al. Social innovation networks and agrifood citizenship. The case of Florianópolis Area, Santa Catarina/Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 99, p. 223-232, 2023.

DEMETRIO, M.; GAZOLLA, M.; WEDIG, J. C. Agricultoras na construção de Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs) no Estado do Paraná, Brasil. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 25, n. 59, e249, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e249>. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe249/19482>. Acesso em: 02 nov. 2024.

ESCOSTEGUY, Isadora Leite et al. Tecendo redes de produção-consumo: A experiência das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

FERNANDES, Sabrina. Para combater as queimadas, Brasil precisa se libertar do agro. **The Intercept Brasil**, 9 set. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/09/09/para-combater-as-queimadas-brasil-precisa-se-libertar-do-agro/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2013.

GELBCKE, D. L. ; ROVER, O. J. ; BRIGHTWELL, M. G. ; SILVA, C. A. ; VIEGAS, M. T. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, p. 539, 2018.

GONÇALVES, Sergio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

GOODMAN, David. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas**. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio (org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–7, 2003.

GOSSENHEIMER, Iasmim Cardoso; TURATTI, Luciana. Pagamento por serviços ambientais como instrumento econômico de incentivo à agroecologia. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 11, n. 2, 2021.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan./jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf . Acesso em 20 junho 2022. p. 6774-6792. 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2024.

JODAS, Natália; PORTANOVA, Rogério Silva. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Agroecologia: uma abordagem crítica à agricultura moderna. **Revista do Direito Público**, v. 9, n. 3, p. 129-152, 2014.

JÚNIOR, Clovis José Fernandes Oliveira; DOS SANTOS, Jennifer Leão; MAXIMO, Helen Cristina. A agroecologia e os serviços ambientais. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 19-32, 2014. Disponível em: <https://www.sustenere.inf.br/index.php/nature/article/view/SPC2318-2881.2014.001.0002/541> . Acesso em 14/11/2024.

KELINGER, F. N. (n.d.). **Metodologia de pesquisa em ciências sociais**. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1979.

LEITE, Andressa Beatriz; POLLI, Henrique Quero. Agricultura orgânica no Brasil com enfoque na agricultura biodinâmica. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 417-430, 2020.

LUCENA, André. Em meio a debates sobre ajuste, Fazenda divulga lista inédita de empresas e setores beneficiados por renúncias fiscais. **CartaCapital**, São Paulo, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/em-meio-a-debates-sobre-ajuste-fazenda-divulga-lista-inedita-de-empresas-e-setores-beneficiados-por-renuncias-fiscais/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MAPA. **Governo Federal lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para agricultura empresarial**. Ministério da Agricultura e Pecuária, Brasília, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-agricultura-empresarial>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n.4, p. 424-438, 2000.

MIRANDA, D. L. R. **Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis – SC**. 2020. 149p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

PETERSEN, Paulo. Sistematização: a transformação de vivências em conhecimentos. **Revista Agriculturas**, v. 3, n. 2, 2009.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. (org.). **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 360 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211399/001115756.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix, 1959.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 27, n. 3, p. 53-80, 2025, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

PUGAS, A. S.; ROVER, O. J. **A comercialização de alimentos orgânicos nas regiões metropolitanas do Sul do Brasil: uma análise a partir da diversificação produtiva.** In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. Circuitos curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Sempredo, 2021, p. 46-62.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. **Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development.** Environment and Planning A, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

RENTING, Henk; SCHERMER, Markis; ROSSI, Adanella. **Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship.** International Journal of Sociology of Agriculture and Food, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS**, v. 47, p. 56-63, 2011.

SANTOS, Boaventura de; MENNESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro. Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SCHUBERT, Maycon Noremborg; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio. **Desafios e tendências da alimentação contemporânea consumo, mercados e ação pública.** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. 276 p.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. De la Sociedad del Riesgo a la Sociedad Sustentable: Un enfoque agroecológico. In: **Agroecología y Desarrollo Sustentable.** Sevilla Guzmán, E. & Martínez Alier, J. (Orgs.). Valencia: IVIA, 2000.

TABOSA, Lorena. A fome está recuando no Brasil, mas e o que vem depois? **O Joio e O Trigo**, São Paulo, 14 out. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/10/a-fome-esta-recuando-no-brasil-mas-e-o-que-vem-depois/>. Acesso em: 28 out. 2024.

VIEGAS, M. T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)**, v. 42, p. 370-384, 2017.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** UFRGS Editora, 2008.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina.** In: WILKINSON, J. (Ed.). Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ZANETTI PESSÔA CANDIOTTO, Luciano. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 25-25, 2020.